



A ecumenicidade do sínodo sobre sinodalidade: uma análise das sínteses do Documento de Trabalho da Etapa Continental

The ecumenicity of the synod on synodality: an analysis of the syntheses of the Working Document of the Continental Phase

Elias Wolff ^a

Resumo

A Igreja Católica vive um *processo sinodal* que visa aprofundar relações de comunhão, participação e missão, assegurando a sinodalidade como constitutiva de sua identidade e organização estrutural. O presente artigo busca verificar as implicações ecumênicas desse processo sinodal, verificando como o ecumenismo é apresentado nos documentos orientadores do sínodo sobre a sinodalidade. A tese aqui apresentada é a de que sinodalidade e ecumenismo se exigem mutuamente, de modo que não há sinodalidade completa sem a comunhão na fé cristã com as diferentes igrejas. O método utilizado é a análise documental. E, dentre as conclusões, a pesquisa verificou que o chamado a uma conversão sinodal da Igreja Católica Romana é um dos principais impulsos do ecumenismo no magistério do Papa Francisco.

Palavras-chave: Sínodo. Igreja Católica. Ecumenismo.

Abstract

The Catholic Church is experiencing a synodal process that aims to deepen relationships of communion, participation and mission, ensuring synodality as constitutive of its identity and structural organization. This article seeks to verify the ecumenical implications of this synodal process, verifying how ecumenism is presented in the synod's guiding documents on synodality. The thesis presented here is that synodality and ecumenism are mutually required, so that there is no complete synodality without communion in the Christian faith with the different churches. The method used is document analysis. And among the conclusions, the research found that the call to a synodal conversion of the Roman Catholic Church is one of the main impulses of ecumenism in the magisterium of Pope Francis.

^a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Doutor em Teologia, e-mail: elias.wolff@pucpr.br

Keywords: Synod. Catholic Church. Ecumenism.

Introdução

A Igreja Católica realiza, entre os anos 2021 a 2024, um processo que busca afirmar a sinodalidade como algo constitutivo e essencial do ser e da missão da Igreja, com implicações para a sua teologia, espiritualidade, estruturas e ação pastoral. Trata-se de um evento que se realiza em três etapas: a primeira acontece após sua abertura (outubro de 2021), com a consulta na Igreja local (outubro de 2021 a abril de 2022); a segunda é a consulta em âmbito continental (setembro de 2022 a março de 2023); e a terceira, a consulta no âmbito da Igreja universal, o que acontece na XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, em dois momentos: outubro de 2023 e outubro de 2024.

Com o tema “Por uma Igreja Sinodal: Comunhão, Participação e Missão”, o Sínodo sobre a Sinodalidade busca consensos sobre a identidade, a natureza e a missão da Igreja, afirmando a sinodalidade como constitutiva do seu ser e agir, com incidência na tomada de decisões, na sua organização estrutural e na missão evangelizadora. Trata-se de algo imprescindível, como diz o Papa Francisco: “O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio” (FRANCISCO, 2015). A sinodalidade é uma das expressões da “igreja em saída” e da “conversão pastoral”, ênfases do magistério de Francisco. Impulsiona o processo de reformas que Francisco vêm propondo para o catolicismo e concretiza a “cultura do encontro” e a “cultura do diálogo” como algo próprio da Igreja. E tal acontece como um processo de conversão que exige de todos os fiéis católicos que “nos coloquemos à escuta do Espírito Santo que, como o vento, ‘sopra onde quer; ouves o seu ruído, mas não sabes de onde vem, nem para onde vai’ (Jo 3, 8), permanecendo abertos às surpresas para as quais certamente nos predisporá ao longo do caminho” (*Documento Preparatório*, 2).

Muito já se tem escrito a respeito desse sínodo sobre a sinodalidade, analisando-o em diversos aspectos (LEGRAND, 2016; BENITO MÉNDEZ, 2021; BRIGHENTI, 2022). Nesta pesquisa, verificamos as implicações e as exigências ecumênicas que dela decorrem, uma vez que também o ecumenismo é, no ensino do Vaticano II, constitutivo da Igreja, com fundamentação teológico-doutrinal (UR 1-4). Para isso, fazemos um recorte do ecumenismo tal como aparece nos principais documentos do processo sinodal: Documento Preparatório (DP), *Vademecum* e Documento da Etapa Continental (DEC). A partir desses documentos, verificamos a relação entre sinodalidade e ecumenismo e os horizontes deste, identificando também os desafios e as lacunas ecumênicas nos documentos oficiais do processo sinodal, bem como apontando caminhos para a sua superação.

1. Um “sínodo sobre sinodalidade”: o que é mesmo?

O atual sínodo sobre sinodalidade da Igreja católica é muito mais que um evento ou acontecimento, trata-se de um *processo* sinodal, que articula a totalidade do povo de Deus, numa sinergia entre o laicato, o clero, a vida consagrada, o colégio episcopal, o ministério petrino. Esse *processo* articula três dimensões consideradas “pilares vitais de uma Igreja sinodal” (*Vademecum*, 1.4): *comunhão* – afirmada como natureza e identidade da igreja; *participação* – assegurada pelas diferentes formas de atuação na vida eclesial; *missão* – atualizada aos tempos atuais. Para isso, o sínodo sobre a sinodalidade busca responder algumas questões centrais:

Como se realiza hoje, aos diversos níveis, tanto local como universal, aquele “caminhar juntos” que permite à Igreja anunciar o Evangelho, em conformidade com a missão que lhe foi confiada? E que passos o Espírito nos convida a dar para crescer como Igreja sinodal? (DP, n. 2).

A resposta a essas questões é buscada no desenvolver das 3 fases do sínodo. E, então, vai se assimilando à compreensão da sinodalidade como um “caminhar juntos”, como a define o *Vademecum*, que auxiliou a primeira fase, junto ao *Documento Preparatório*. Nesses documentos, sinodalidade é

o estilo peculiar que qualifica a vida e a missão da Igreja, exprimindo a sua natureza como Povo de Deus que caminha em conjunto e se reúne em assembleia, convocado pelo Senhor Jesus na força do Espírito Santo para anunciar o Evangelho. Ela deve exprimir-se no modo ordinário de viver e de agir da Igreja (*Vademecum*, 1.2).

Esse processo sinodal é uma das iniciativas mais corajosas, e proféticas, do pontificado do Papa Francisco. Sua duração supera o tempo que foi dedicado ao Concílio Vaticano II, sobretudo pelo fato de a terceira etapa acontecer em dois momentos. Trata-se, então, de um período privilegiado para repensar e redimensionar a igreja, em seus âmbitos teológico/doutrinal, pastoral e litúrgico/espiritual. E se revisa também sua relação com a sociedade. Assim, ao mesmo tempo que o sínodo sobre a sinodalidade é uma nova recepção do Vaticano II, pode ser também – e espera-se – um ir além do concílio em alguns desses âmbitos. Pois o concílio não é o ponto de chegada para a Igreja do nosso tempo, mas ponto de partida. Então, é de se esperar que o Sínodo confirme o Vaticano II, sobretudo no seu ensino de uma igreja sinodal, mas também o atualize em muitos aspectos de sua doutrina e orientação pastoral.

Ainda não é possível identificar todo o significado desse sínodo, pois o processo está em andamento. Mas pode-se constatar a grande expectativa que ele apresenta para a igreja como um todo, colocando-a no caminho da sinodalidade. De fato, desde os tempos patrísticos, a sinodalidade era afirmada como constitutiva do ser e agir eclesial (entre outros: Cipriano, *Epistula*, 14, 4; *De catholicae ecclesiae unitate*, 5; Inácio de Antioquia, *Ad Ephesios*, IX, 2. Cf. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, 2021, n. 24-30), algo que expressa a essência da Igreja. E não faltam fundamentos bíblicos para isso (cf. Tg 15, 28-31; 1Cor 12,12-17; Rm 12,4-5, Ef 4,4; Gl 3,28). A tese central é que a igreja é um corpo formado por muitos membros, “Porque, assim como o corpo é um e tem muitos membros, e todos os membros do corpo, embora muitos sejam um só corpo, assim é com Cristo” (1 Cor 12:12). Contudo, tal proposta não se efetivou, sobretudo por causa da concentração das decisões da Igreja nos ministérios ordenados, de modo que ainda não está assegurada a todos os fiéis uma efetiva participação na vida eclesial. Por isso, urge afirmar a sinodalidade como exercício de comunhão e participação reais, admitindo o valor da diversidade que expressa os modos de ser na igreja una, como uma “comunhão plural” (WOLFF, 2007).

Assim o *processo sinodal* enfrenta o desafio de identificar quais são os caminhos da Igreja hoje, bem como confirmar aqueles já percorridos e, ainda, abrir novos caminhos em conformidade com os novos tempos, novos contextos e novas interpelações para a compreensão e a vivência do Evangelho. E, para isso, é necessária uma “escuta recíproca do Espírito Santo em todos os níveis da vida da Igreja” (PAPA FRANCISCO, 2015), de modo que a sinodalidade seja vivida em cada Igreja local, nas dioceses e paróquias, comunidades de base, nas associações e nos movimentos e outros grupos existentes. Assim, “a Igreja de Deus é convocada no Sínodo” (DP 1) a mostrar ao mundo uma Igreja que tenha como rosto “uma casa hospitaleira, de portas abertas, habitada pelo senhor e animada por relações fraternas” (GRECH; HEUNG SIK, 2022). O objetivo do *Processo Sinodal* é “proporcionar uma oportunidade para todo o Povo de Deus discernir em conjunto como progredir no caminho para ser uma Igreja mais sinodal a longo prazo” (*Vademecum*, 1.3). Então, a sinodalidade não é algo que termina com o processo sinodal, mas torna-se o modo permanente de a Igreja ser.

2. A dialogicidade e a ecumenicidade do processo sinodal

O sínodo contempla também as relações ecumênicas, inter-religiosas e interculturais, impulsionando o catolicismo a caminhar junto a outras tradições eclesiais para o testemunho comum do Evangelho no mundo atual. E ajuda a Igreja a caminhar com as religiões, para além do cristianismo, impulsionando a cooperação para a

construção de um mundo de paz, justiça e a afirmação do seu sentido transcendental. Incentiva a Igreja a caminhar também com os não-crentes e as culturas, na promoção da vida humana e da criação. Desse modo, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e o diálogo intercultural são elementos contemplados em todos os documentos do processo sinodal. Tal é o que se constata no DP, que coloca entre os objetivos do sínodo o intento de “regenerar as relações entre os membros das comunidades cristãs, assim como entre as [...] comunidades de crentes de outras confissões e religiões” (DP 2). O diálogo ecumênico e inter-religioso aparece como constitutivo do processo sinodal. O n. 28 do DP, ao mostrar as duas perspectivas do “caminhar juntos” (interna à vida das Igrejas particulares e na relação com a sociedade), coloca o ecumenismo na primeira perspectiva. Aqui, a sinodalidade “diz respeito à vida interna das Igrejas particulares” (DP 28) (relações entre os indivíduos que as constituem; dos bispos entre si e com o papa; os organismos intermediários de sinodalidade como a Cúria romana e as conferências episcopais; do modo como as dioceses integram as várias formas de vida – como a monástica, a religiosa e consagrada, as associações e movimentos laicais). É interessante observar que é nesta mesma perspectiva da sinodalidade – *ad intra ecclesia* – que o ecumenismo é apresentado: “esta perspectiva abrange também as relações e as iniciativas comuns com os irmãos e as irmãs das demais Confissões cristãs, com os quais partilhamos o dom do mesmo Batismo” (DP 28). Ao apresentar o ecumenismo na perspectiva *ad intra ecclesia*, o DP mostra que ele tem implicações ao próprio ser da Igreja, é configurativo de sua identidade, sua organização e missão. Se a comunidade católica quer ser sinodal, precisa estar ciente que “Não há sinodalidade completa sem unidade entre os cristãos” (DEC 48). E por isso a sinodalidade requer caminhar com quem se partilha “o dom do mesmo Batismo”. É a “conversão sinodal interna” da Igreja católica, o que “tornará crível o compromisso eclesial no trabalho ecumênico”² (MÉNDES FERNANDEZ, 2021, p. 268).

Assim, é necessário formar os membros da Igreja numa sinodalidade ecumênica. Tal é o que propõe o número 30, item VII, do Documento Preparatório, ao apresentar “Dez núcleos temáticos a aprofundar” no processo sinodal:

O diálogo entre cristãos de diferentes confissões, unidos por um único Batismo, ocupa um lugar particular no caminho sinodal. Que relacionamentos mantemos com os irmãos e as irmãs das outras Confissões cristãs? A que âmbitos se referem? Que frutos colhemos deste “caminhar juntos”? Quais são as dificuldades? (DP 30, item VII).

Essa proposta e seus questionamentos são retomados pelo *Vademecum*, perguntando: “Como podemos dar o próximo passo para caminharmos uns com os outros?” (*Vademecum* 5,3, item 7).

Portanto, é clara a afirmação de um lugar privilegiado para o ecumenismo no caminho sinodal. Os documentos oficiais do sínodo questionam como as comunidades e Igrejas locais vivem o ecumenismo. Isso pode significar tanto uma busca de aprofundamento da compreensão do lugar do ecumenismo nas comunidades católicas; quanto a preocupação se o ecumenismo é de fato por elas assumido. De um modo ou de outro, os documentos sinodais explicitam a interdependência mútua entre igreja e ecumenismo. A resposta às questões apresentadas compromete a igreja a assumir um estilo de ser que explicita a ecumenicidade na sua vida de comunhão, participação e missão. Isso requer redimensionamento teológico e reestruturação organizacional de modo a favorecer o ecumenismo no *modus essendi et operandi* da igreja. O item 2.3 do *Vademecum*, ao apresentar “as atitudes para participar do Processo Sinodal”, propõe: “Aproximação através do diálogo ecumênico e inter-religioso; Sonhar juntos e caminhar uns com os outros através de toda a família humana (cf. CV 172; 235)”. Assim, à pergunta feita no n. 2 do DP, sobre “como caminhar juntos” na Igreja atual, a resposta aponta o ecumenismo constitutivo desse *como*, na forma, no estilo, nos processos e nas estruturas de uma igreja verdadeiramente sinodal (cf. DP 27).

² Benito Méndez Fernández. “La sinodalidad en perspectiva ecuménica”. *Salmanticensis* 68 (2021): 268.

3. Por uma “nova seiva ao caminho ecumênico”

Nas sínteses da primeira fase do sínodo sobre sinodalidade, há o reconhecimento de que o compromisso ecumênico é frágil, pois o ensino ecumênico do Vaticano II ainda não é devidamente observado nas Igrejas locais e, por isso, é preciso “dar nova seiva ao caminho ecumênico” (DEC 47). E tal exige uma compreensão adequada do crescimento das “famílias interconfessionais” e de “necessidades específicas” (DEC 49) que o pluralismo eclesial atual apresenta e requer acompanhamento. O Documento Preparatório já observava que no mundo religioso plural atual “existe um fundamentalismo religioso que não respeita a liberdade dos outros” (DP 8), e “Não raramente, os cristãos adotam as mesmas atitudes, fomentando inclusive divisões e contraposições” (DP 8). Por isso, é preciso relançar o ecumenismo como “testemunho num mundo fragmentado” (DEC 49). Isso requer uma opção decidida pelo ecumenismo, amparada por formação específica que assegure a motivação e a confiança ecumênicas da igreja. Isso é fundamental para “discernir, planificar e trabalhar em conjunto por causas comuns” (CE *India*, DEC 49). Mas não pode ser uma formação apenas teórica, resumindo o ecumenismo ao âmbito das ideias e dos conceitos. Ela precisa ser “um movimento de massa e um diálogo de vida, amor e ação na base” (CE *India*, DEC 49).

As sínteses presentes no DEC afirmam “como um vivo desejo o testemunho mais unido entre as diversas religiões e as comunidades cristãs” (DEC 47). Buscando consenso nas doutrinas da igreja e no agir juntos, o ecumenismo é um “viver juntos” (CE *República Centro Africana*, DEC 48). E busca “alargar as nossas perspectivas à escala da dimensão de toda a Igreja e questionar-nos: Qual o projeto de Deus para a Igreja aqui e agora? Como podemos implementar o sonho de Deus para a Igreja a nível local?” (*Vademecum*, 2,4, item 2.). A resposta é dada na medida em que a Igreja se situa dialogicamente no atual mundo plural. É nesse mundo que ela é chamada a “caminhar juntos”; a exercitar a escuta, o discernimento e a parceria com diferentes tradições eclesiais e religiões. Assim, “O Processo Sinodal é também uma oportunidade para aprofundar o caminho ecumênico com as outras confissões cristãs, bem como o nosso diálogo com outras tradições de fé” (*Vademecum*, 2,4, item 6). E, para isso, é preciso ouvir as comunidades religiosas que estão além do catolicismo, aprender com elas como dar um testemunho convicto da própria fé nos dias de hoje, identificar juntos o que pode ser feito conjuntamente, para que os valores de uma vivência religiosa possam ser afirmados no mundo atual. Para tal, o ecumenismo não pode ser um ideal ou conceito abstrato, mas uma experiência concreta de convivência na comunhão. Concretamente, o *Vademecum* orienta para que, na fase diocesana, aconteça a consulta e a escuta dos “movimentos ecumênicos e inter-religiosos” (*Vademecum*, 3.1); que a redação das sínteses nessa fase (nacional) aconteça com a realização de encontros que possibilitam a experiência de partilha e escuta dos “grupos ecumênicos” (*Vademecum*, 4.1); que na “Reunião diocesana pré-sinodal” tenha a presença de “Delegados ecumênicos e inter-religiosos interessados (e outros que podem não ser católicos, mas que podem contribuir com perspectivas úteis para a Igreja)” (*Vademecum*, *Apêndice C*).

Com essas orientações, o *Vademecum* mostra que entre “as atitudes para participar do processo sinodal” (n. 2.3), está a “Aproximação através do diálogo ecumênico e inter-religioso: Sonhar juntos e caminhar uns com os outros através de toda a família humana (cf. CV 172; 235)”. Trata-se de uma disponibilidade para pôr-se na estrada junto a outras igrejas, dialogar e agir junto a elas. Isso requer das Igrejas locais uma recepção decidida do ensino ecumênico do Vaticano II; a integração no movimento ecumênico em seus contextos e regiões; a reelaboração do pensar teológico atual em perspectiva ecumênica; o desenvolvimento da espiritualidade ecumênica; a inserção do ecumenismo na ação pastoral. Impulsionando tais passos, o processo sinodal contribui para vencer

A tentação do conflito e da divisão. “Que todos sejam um só” (Jo 17,21). Esta é a oração ardente de Jesus ao Pai, pedindo a unidade entre os seus discípulos. O Espírito Santo leva-nos mais profundamente à comunhão com Deus e uns com os outros. As sementes da divisão não dão frutos. É inútil tentar impor as nossas ideias a todo o Corpo através da pressão ou desacreditar quem sente as coisas de maneira diferente de nós (*Vademecum*, 2,4, item 7).

Não é possível verificar em que medida e como as Igrejas locais realizaram essas orientações ecumênicas na fase nacional do processo sinodal. Mas ao apresentar as sínteses da etapa nacional do sínodo, o Documento da Etapa Continental mostra que muitas Igrejas locais observaram as orientações ecumênicas presentes tanto no Documento Preparatório quanto no *Vademecum*. Isso expressa, ao menos, disponibilidade para fazer do sínodo uma importante contribuição para a superação das divisões existentes entre os discípulos e as discípulas de Cristo.

4. O conteúdo ecumênico das *sínteses* da fase nacional

Uma vez realizada as consultas nas comunidades das Igrejas locais, estas enviaram o resultado da consulta às Conferências Episcopais (CE) que, por sua vez, realizaram uma *Síntese* que foi enviada à Secretaria Geral do Sínodo. O trabalho foi enorme e extraordinário: das 114 Conferências Episcopais existentes, 112 enviaram a síntese, além das 15 Igrejas Orientais Católicas, e reflexões de 17 dos 23 dicastérios da Cúria Romana. Soma-se a isso as reflexões enviadas por Superiores Religiosos (USG/UISG), Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica, Associações e Movimentos de fiéis leigos. Não se deve deixar de mencionar que houve também o envio de mais de mil contribuições de pessoas singulares e de grupos, além de sugestões recolhidas nas redes sociais, graças à iniciativa do “Sínodo digital” (DEC 5).

Esses números mostram que um efetivo movimento de sinodalidade está acontecendo na Igreja católica em nossos dias. As igrejas nacionais ou regionais que participaram da primeira fase testemunham que o *processo sinodal* é uma realidade. O sínodo exprime

o desejo de uma Igreja que caminha com Cristo sob a guia do Espírito, para desempenhar a própria missão de evangelização. “A experiência sinodal em ato despertou nos fiéis leigos a ideia e o desejo de se empenharem na vida da Igreja, no seu compromisso no mundo contemporâneo e na sua ação pastoral concreta” (*CE Canadá*, DEC 15).

Importa-nos aqui analisar como aparece o ecumenismo nas *sínteses* da fase nacional do sínodo sobre a sinodalidade. No Documento de Trabalho da Etapa Continental, em sua versão portuguesa, o termo “ecumenismo” aparece 4 vezes: n. 45; n. 47 (“caminho ecumênico”) e n. 48 (aqui 2 vezes), como algo que faz parte do que o Espírito suscita para a sinodalidade eclesial. Mas mesmo sem o uso desse termo, há diversas expressões que explicitam o anseio de que o processo sinodal possa favorecer à unidade cristã, pois “O Espírito Santo está a impulsionar-nos a uma renovação de estratégias, compromissos, dedicação e motivação para caminhar juntos” (*CE Venezuela*, DEC 42). E isso implica em reconhecer que nas diferentes igrejas existem companheiros/as de caminhada, como mostra o subtítulo 3.2, “irmãs e irmãos para a missão”. Pois

um processo sinodal não é completo sem encontrar as irmãs e os irmãos de outras confissões, partilhar e dialogar com eles e comprometer-se em ações comuns. As sínteses exprimem o desejo de um mais profundo diálogo ecumênico e a necessidade de formação a este respeito (DEC 22).

Os números acenados acima onde aparece mais fortemente a dimensão ecumênica do processo sinodal, estão na terceira parte do DEC, que trata do tema: “em direção a uma igreja sinodal e missionária”. Esses números vinculam também de modo explícito a sinodalidade, a missão e o ecumenismo. Ali, a missão é compreendida como algo que possibilita a plenitude da vocação cristã. Uma plenitude que precisa ser vivida em cada tradição eclesial, mas que não se alcança enquanto não forem superadas as divisões entre elas. E, nesse sentido, as *Sínteses* mostram o diálogo e a cooperação ecumênica como imprescindíveis para uma missão sinodal. Pois ela consiste em proclamar e testemunhar o Evangelho de forma reconciliadora, unitiva e geradora de comunhão num contexto eclesial plural. Por isso, a missão precisa favorecer uma igreja que abrigue as diferentes compreensões e vivências da fé cristã, de

modo que “alargar a tenda é o coração da ação missionária” (DEC 42), e nisso tem lugar o ecumenismo no processo sinodal.

5. Dimensões do ecumenismo no DEC

Os números 45 a 49 do *Documento de Trabalho da Etapa Continental* são os que mais apresentam a perspectiva ecumênica do processo sinodal, num movimento que vai do ecumenismo social ao ecumenismo teológico-espiritual e ao ecumenismo missionário.

5.1 O ecumenismo social

A “nova seiva” que a sinodalidade pode propor ao ecumenismo se dá “a partir da colaboração concreta e quotidiana sobre preocupações comuns pela justiça social e ambiental” (DEC 47). Pois “a missão no mundo de hoje” precisa “ouvir os gritos dos pobres e os da terra” (DEC 45), respondendo às interpelações socioambientais. E a igreja não pode estar sozinha nessa missão, ela realiza-se “colaborando e dando vida a alianças com outras confissões cristãs” (n. 45), num “diálogo em todos os níveis ... diálogo de vida e solidariedade” (*Igreja Armênia Católica*, DEC 46).

Observa-se que as sínteses ecoam a doutrina social da Igreja, fortalecida pelo magistério do Papa Francisco. Na encíclica *Fratelli tutti*, o Papa mostra as “sombras de um mundo fechado” (*Fratelli Tutti* (FT) 9-56) como o nacionalismo, as expressões de racismo, o trabalho escravo, as relações marcadas pelo ódio e destruição, as ilusões da comunicação, as questões ambientais, entre outras. E, nas sínteses da fase nacional do processo sinodal, são também identificadas as feridas do mundo, como “desafios do tribalismo, do sectarismo, do racismo, da pobreza e desigualdade de gênero” (DEC 44), entre outras. O Papa propõe o diálogo e a colaboração entre as diferentes expressões de fé para “pensar e gerar um mundo aberto” (FT cap. III). O sínodo fortalece o empenho da Igreja nessa direção, buscando “construir um mundo mais belo e mais habitável” (DP 2). Esse apelo é apresentado em muitas outras ocasiões, como no Sínodo da Amazônia, no qual a Igreja

se compromete a ser aliada dos povos amazônicos para denunciar os ataques contra a vida das comunidades indígenas, os projetos que afetam o meio ambiente, a falta de demarcação de seus territórios, bem como o modelo econômico de desenvolvimento predatório e ecocida (Documento Final (DF) 46).

A sinodalidade propõe uma igreja profética frente tais situações, e o ecumenismo que aí se vive precisa ser também profético, como “uma contribuição para a unidade da família humana” (EG 245). Assim, o modo como o processo sinodal está sendo vivido contribui para realizar o seu objetivo de tornar a igreja parceira na construção de uma nova sociedade. Ajuda a “credenciar a comunidade cristã como sujeito credível e parceiro fiável em percursos de diálogo social, cura, reconciliação, inclusão e participação, reconstrução da democracia, promoção da fraternidade e da amizade social” (DP 2). De fato, não se pode imaginar um “caminhar juntos” apenas *ad intra ecclesia*, a sinodalidade tem expressão também no modo de a igreja ser na sociedade, em diálogo e parceria com as forças sociais que lutam por justiça, igualdade, liberdade, paz. A dimensão ecumênica da sinodalidade fortalece o compromisso comum das diferentes igrejas e do movimento ecumênico por um mundo melhor, “transformando as ações humanas de cuidado em experiências autenticamente espirituais, que anunciam o rosto de um Deus que se desvela a cuidar até dar a própria vida para que nós tenhamos vida em abundância” (DEC 11, item 2).

5.2 Ecumenismo teológico

O ecumenismo não acontece apenas na dimensão social, pois a comunhão cristã implica também em convergências e consensos no âmbito teológico/doutrinal, espiritual e nas estruturas da igreja. Por isso, as *Sínteses*

entendem que a unidade cristã “começa com o apelo a uma comunhão mais estreita entre Igrejas de diferentes ritos” (DEC 48), e isso requer o diálogo teológico. As *Sínteses* “pedem uma maior atenção às realidades que geram divisões, como por exemplo a questão da convivência da Eucaristia” e mostra a necessidade de trabalhar “as questões ecumênicas relativas às estruturas sinodais e aos ministérios na Igreja” (DEC 48).

Fica claro que a sinodalidade não é algo apenas *ad intra ecclesia*; ela requer progressos nas relações *ad extra* como um “caminhar juntamente com todos os cristãos” (DEC 48). Desde o Vaticano II a Igreja tem percorrido esse caminho, mas ainda há muito o que avançar. Das metas do caminho percorrido, destacam-se os consensos na cristologia, com as igrejas orientais (JOÃO PAULO II; MAR DINKHA IV, 1994); na doutrina da justificação, com as igrejas de tradição luterana, anglicana e presbiteriana, metodista e Comunhão das Igrejas Reformadas (IGREJA CATÓLICA; FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL, 1999); sobre a natureza da igreja no diálogo multilateral (FÉ E CONSTITUIÇÃO, 2013). Ao mesmo tempo, esses diálogos têm identificado questões doutrinárias nas quais, por ora, não se avançam nos consensos, como os ministérios ordenados, o primado petrino, e os elementos constitutivos da Igreja, entre outras, não obstante o fato de essas questões serem constantemente tratadas no diálogo.

O item “I” do DEC, que sintetiza *A experiência do processo sinodal*, tem no n. 1.2 uma abordagem da questão ecumênica (e essa é a primeira vez que o ecumenismo é abordado nesse documento) ao tratar sobre *A comum dignidade batismal*. Afirma que as Igrejas locais vivem hoje num contexto eclesial plural e ali “sublinham a comum dignidade batismal de todos os cristãos e a comum missão ao serviço do Evangelho” (DEC 22). Essa consciência do batismo comum possibilita o reconhecimento do valor do testemunho da vida cristã dado por outras igrejas, o que leva ao diálogo sobre a fé comum e cooperação na missão. Por isso “um processo sinodal não é completo sem encontrar as irmãs e os irmãos de outras confissões, partilhar e dialogar com eles e comprometer-se em ações comuns” (DEC 22).

O item 2 do DEC, *Escutando as Escrituras*, tem um forte potencial ecumênico, abrindo espaço para uma hermenêutica ecumênica que pode ser feita do texto do profeta Isaías: “Alarga o espaço da tua tenda, estende sem medo as lonas que te abrigam, e estica as tuas cordas, fixa bem as tuas estacas” (Is 42,2). É um tanto surpreendente o fato de que o DEC não apresenta nenhuma expressão explicitamente ecumênica nessa seção. Mas a imagem da tenda que precisa ser constantemente alargada para ser inclusiva, exige uma compreensão ecumênica da Igreja. E isso superando todo confessionalismo, uma vez que não se propõe um ecumenismo de retorno. Os três elementos imprescindíveis da tenda – a lona, as cordas e as estacas – constroem o espaço ecumênico, respondendo às necessidades que esse espaço tem de se refazer continuamente.

a) *A lona* – No DEC há uma hermenêutica confessional da tenda, como as Igrejas locais ou dioceses da tradição católica romana. Mas o texto de Isaías possibilita também uma hermenêutica ecumênica e, portanto, interconfessional. Estende-se a lona para abrigar no conceito “igreja” também outras tradições cristãs e eclesiais, que também pertencem à Igreja de Cristo e há nelas uma “presença operante” (UUS 11). Então compreende-se que “fora das estruturas católicas não existe o vazio de Igreja” (UUS 13). Desse modo, não se trata de trazer os outros para baixo das lonas do catolicismo – suas instituições, doutrinas e estruturas. E nem de confundir a lona do catolicismo romano com a Tenda, que é, na verdade, a Igreja de Cristo. Esta abriga a todos. Então, no *processo sinodal*, busca-se ampliar as lonas, o que significa desenvolver uma eclesiologia ecumênica, buscando doutrinas e estruturas comuns, que expresse a Tenda capaz de abrigar os/as discípulos/as de Cristo. Para isso é preciso trabalhar o ensino do Vaticano II sobre o *subsist* (LG 8) e sobre os *elementa ecclesiae* (UR 3; LG 15) presente nas diferentes tradições eclesiais.

b) *As cordas* – O diálogo funciona como as cordas da tenda que trabalham sob tensão entre, de um lado, a firmeza das convicções identitárias das diferentes tradições eclesiais; de outro lado, a flexibilidade para compreender as convicções e a identidade dos outros, reconhecendo o valor evangélico que elas possuem. Assim, não se de modo rígido e inflexível a validade apenas das próprias convicções e identidade. As convicções de fé e as identidades eclesiais são sempre relacionais, interativas com outras, podem se enriquecer nas relações ecumênicas.

Há uma tensão entre convicção e diálogo que não precisa ser cancelada; o importante é que ela não se torne conflito e contradição. Essa tensão mostra que na Igreja, como tenda comum que abriga a todos/as, unidade e comunhão se expressam nas diferenças de quem nela se encontra. Tal como as cordas que não podem faltar numa tenda, na Igreja não pode faltar a capacidade do encontro, do diálogo, do respeito mútuo, da disponibilidade para a convivência e o testemunho comum. Esses elementos equilibram a tensão necessária entre convicção e flexibilidade, no mútuo reconhecimento das diferentes formas de estar na tenda, isto é, de ser Igreja.

c) *As estacas* – O terceiro elemento imprescindível da tenda são as estacas, que a ligam ao solo, dando-lhe firmeza, estabilidade, solidez. Tais são os fundamentos da fé, que não mudam em seu conteúdo nas diferentes tradições eclesiais. Temos aqui o Batismo comum, o Evangelho, o *querigma* primitivo (1Cor 15,3-5), a concepção trinitária de Deus, a ressurreição, o Reino, entre outros. Com essas estacas da fé, a Igreja é plantada em terreno sólido, que resiste a ventos e tempestades. Isso requer de todas as tradições eclesiais, abrigadas sob a mesma tenda – a Igreja de Cristo – o exercício do discernimento conjunto sobre quais são os fundamentos da fé cristã, como pilares da Igreja casa de todos. É importante contribuição ecumênica o fato de que o DEC entende que as estacas da tenda não são inamovíveis. Elas podem estar em terrenos diferentes e podem ser deslocadas. As estacas são as mesmas, mas o chão muda. Assim entende-se que “Somos uma Igreja em saída por definição, porque sempre ‘a casa de outros’, e isto ensinou-nos a escuta, flexibilidade e criatividade nas formas, na linguagem, nas práticas” (*CE Região Norte da África – CERNA*, DEC 53). Isso significa que os fundamentos da fé podem ser adaptados, inculturados, vividos em chãos (tradições) socioculturais e eclesiais diferentes. Os fundamentos da fé precisam ser compreendidos como algo dinâmico, e não estático, como se não se adaptasse em realidades diferentes. Assim é, por exemplo, com o Evangelho, a liturgia, a missão.

A ecumenicidade disso mostra que o exercício do diálogo é de fundamental importância para um discernimento comum dos fundamentos da fé cristã (estacas), que podem estar enraizadas em diferentes contextos/tradições (chão/terreno) eclesiais. As *Sínteses* da fase nacional do processo sinodal estão, assim, em sintonia com os esforços do movimento ecumênico para uma hermenêutica ecumênica dos fundamentos da fé cristã. Lembremos três importantes documentos de Fé e Constituição: *Batismo, Eucaristia e Ministério* (1982); *Tesouro em vasos de barro* (1998), *Interpretando juntos* (2001). Lembremos também da já citada Declaração comum sobre a Doutrina da Justificação, entre católicos, luteranos e anglicanos. E existem ainda outros resultados dos diálogos bilaterais (cordas) que possibilitam às diferentes tradições eclesiais estabelecerem critérios/fundamentos comuns (estacas) para o reconhecimento da Igreja de Cristo (tenda) em tradições eclesiais diferentes (chão). Os resultados desses diálogos, integrados no processo sinodal, contribuem para entender a igreja como “uma morada ampla, mas não homogênea, capaz de dar abrigo a todos, mas aberta, que deixa entrar e sair (cf. Jo 10,9), e em movimento para o abraço com o Pai e com todos os outros membros da humanidade” (DEC 27).

Isso requer uma atitude kenótica de cada tradição eclesial. Saber que não esgota em si própria o mistério da Igreja de Cristo e, portanto, reconhecer a manifestação da Sua Igreja também em outros espaços. Então, cada tradição eclesial precisa estar disponível para mudanças, reformas e redimensionamentos necessários para compreender a igreja também além de suas próprias doutrinas e estruturas. Nenhuma tradição cristã ou eclesial pode impor-se como única expressão legítima na história do corpo místico de Cristo. Precisa reconhecer e acolher as formas plurais como a Igreja de Cristo se expressa, conviver e se enriquecer com elas. A *kênosis* exigida para isso é “a disponibilidade para morrer a si mesmos por amor, reencontrando-se na e pela relação com Cristo e com o próximo” (DEC 28). É uma experiência de esvaziamento não como aniquilação, mas de fecundidade eclesial, como “deixar-se encher de Cristo pelo Espírito Santo e, portanto, um processo através do qual recebemos o dom de relações mais ricas e laços mais profundos com Deus e com os outros” (DEC 28). Assim, alargar a tenda, é um esforço teológico e espiritual que amplia a própria concepção e experiência de igreja, para “acolher outros no seu interior, dando espaço à sua diversidade” (DEC 28). É nessa direção que a igreja sinodal se mostra também ecumênica.

5.3 Ecumenismo e missão

Na terceira parte do DEC, “*Em direção a uma igreja sinodal missionária*”, o tema do ecumenismo é tratado na seção que tem como subtítulo *A missão da igreja no mundo de hoje*. Retoma o que já afirmou o *Documento Preparatório* sobre o vínculo entre sinodalidade e missão: “‘caminhar juntos’ é o que mais implementa e manifesta a natureza da Igreja como Povo de Deus peregrino e missionário” (DP 1). De fato, a sinodalidade visa dar qualidade à vida eclesial que se expressa no “cumprimento da missão de evangelização, na qual todos nós participamos em virtude do Batismo e da Confirmação” (DP 2).

Num mundo plural, a missão precisa ser realizada ecumenicamente: “Trata-se de uma missão que os católicos reconhecem dever levar por diante com os irmãos e as irmãs de outras confissões e em diálogo com os crentes de outras religiões” (DEC 11, item 2). Esta afirmação expressa coerência da proposta de uma igreja sinodal não somente *ad intra* mas também *ad extra*, um caminhar juntos a outras igrejas com iniciativas que lhes possibilite cooperar no anúncio do Evangelho no mundo; e com as religiões na promoção da vida humana e o cuidado da criação. São muitas as situações em que a missão exige ser assumida ecumenicamente. No âmbito cristão, pensemos no acompanhamento das famílias constituídas ecumenicamente; nas capelanias hospitalares; na formação bíblica e espiritual; entre outros. Todas as pastorais sociais requerem uma dimensão ecumênica da ação das igrejas, com o atendimento às populações de rua, aos migrantes e refugiados. E muitas delas podem ser realizadas numa perspectiva inter-religiosa, como o enfrentamento das questões socioambientais.

Em tais situações, a sinodalidade vivida ecumenicamente exige um processo missionário que se realiza “colaborando e dando vida a alianças com outras confissões cristãs, crentes de outras religiões e pessoas de boa vontade” (DEC 45). Sobretudo frente às questões socioambientais, tem-se uma compreensão ampla de ecumenismo e de missão, incluindo diferentes parcerias para “ouvir o grito dos pobres e o da terra” (DEC 45). A missão precisa se realizar “transformando as ações humanas de cuidado em experiências autenticamente espirituais, que anunciam o rosto de um Deus que se desvela a cuidar até dar a própria vida para que nós tenhamos vida em abundância” (DEC 11, item 2). Tem-se, também um conceito amplo de missão, integrando no anúncio e testemunho do querigma cristão, o compromisso por ações socioambientais que cuidam e promovem a vida humana e da criação. Assim, o compromisso sinodal e a missão levam as diferentes comunidades religiosas a responderem ao “apelo a um renovado ecumenismo e ao compromisso inter-religioso [...] particularmente forte nas nações marcadas por uma maior vulnerabilidade aos danos socioambientais e de desigualdades mais notórias” (DEC 45).

Esse conceito amplo de missão exige uma especial atenção ao método. Não se trata de estratégias teoricamente definidas, mas de diálogo e parcerias em iniciativas concretas, existenciais e integradas no cotidiano. Trata-se de uma ação conjunta dos crentes que “estão empenhados num diálogo feito de quotidianidade e partilha de vida” (DEC 43). E isso pode levar a um “ecumenismo do martírio” (DEC 48), principalmente onde pessoas são perseguidas por professarem a fé cristã. Aí exige-se o fortalecimento da unidade cristã, como solidariedade e, ao mesmo tempo, sustento da perseverança. Não se trata de combater as outras religiões, mas de sensibilizá-las para com as comunidades cristãs perseguidas. E, “nestes casos, caminhar juntamente com outras crenças, em vez de retirar-se para trás do muro da separação, exige a coragem da profecia” (DEC 52).

Desse modo, o processo sinodal oferece uma especial contribuição ao movimento ecumênico, o qual tem sua origem nas organizações missionárias do final do século XIX e início do século XX. Já foi afirmado em meios ecumênicos que *a missão é o teste da nossa vocação ecumênica*. De fato, é agindo juntas, como testemunho do Evangelho, que as igrejas crescem na acolhida mútua, valorizando o que cada uma oferece para a vivência do Evangelho. Esse testemunho comum oferece mais plausibilidade para que o mundo acolha o Cristo no qual as igrejas creem e anunciam. Urge que as igrejas deem passos firmes no caminho da superação de compreensões estreitas e desvirtuadas de missão, que as tornam concorrentes, abandonando as estratégias exclusivistas e proselitistas que

fragmentam o mundo cristão. E proclamem, juntas, o mesmo Evangelho do Reino, em torno do qual se reconhecem na una e única Igreja de Cristo.

Conclusão

A pergunta que emerge na conclusão deste estudo é: em que o processo sinodal efetivamente avançará no diálogo teológico/doutrinal e pastoral com outras igrejas? O Papa Francisco tem apontado reiteradas vezes que se propõe a perseverar no diálogo ecumênico, mas não trata diretamente de questões doutrinárias. Contudo, ele possibilita um clima de diálogo hoje mais favorável do que os seus dois últimos antecessores. Dois elementos merecem destaque: 1) a proposta de uma “igreja em saída”, num processo de “conversão pastoral” que a insere no mundo com uma postura dialogal; 2) e os esforços por uma reforma ampla na Igreja católica, em suas estruturas, teologias, espiritualidades e ação pastoral. Isso favorece o diálogo ecumênico, mostrando uma igreja humilde, ciente de suas fragilidades e, portanto, *semper reformanda*. Esses elementos, entre outros, tornam a Igreja católica mais leve institucionalmente, mais dinâmica pastoralmente, mais integrada no mundo atual e tornam-se como que pilares da ecumenicidade no magistério de Francisco.

É no âmbito pastoral que o magistério de Francisco dá passos mais convincentes no caminho ecumênico. E na medida em que o processo sinodal fortalece a igreja em saída, numa conversão pastoral, em perspectiva decididamente missionário, contribui também para a afirmação do ecumenismo na Igreja católica. Ela vai exercitando o caminhar junto a outras igrejas, religiões e culturas, partilhando experiências de fé, dialogando sobre o mundo em que vivemos, cooperando na ação que torna esse mundo *fratelli tutti*. E nesse exercício, igrejas diferentes podem se reconhecer mutuamente, se acolher em suas diferenças, trabalhar as divergências e estabelecer consensos na fé cristã. Então, sinodalidade e ecumenismo se exigem mutuamente, o crescimento na vivência sinodal é crescimento também na vivência ecumênica, e vice-versa. Tal é o que se espera do Sínodo sobre a Sinodalidade em andamento na Igreja católica hoje.

Referências

ASSEMBLEIA DO SÍNODO PARA A AMAZÔNIA. *Documento Final*. 2019. Disponível em <http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/documento-final-do-sinodo-para-a-amazonia.html>.

BENITO MÉNDEZ, F. La sinodalidad en perspectiva ecuménica. *Salmanticensis*, v. 68, p. 265-300, 2021.

BRIGHENTI, A. A Sinodalidade na projeção e na gestão pastoral. *Encontros Teológicos*, v. 37, n. 2, p. 339-354, 2022.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *Reflexiones patrísticas para el camino sinodal*. 22/09/2021. Disponível em: <https://xn--snodo-zsa.cec.org.co/index.php/2021/09/22/reflexiones-patristicas-para-el-camino-sinodal/>.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. 03/08/2021. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20180302_sinodalita_po.html

CZERNY, M. Uma igreja que ‘caminha junto’: sinodalidade na era do papa Francisco. *Perspectiva Teológica*, v. 54, n. 1, p. 67-88, 2022.

FAITH AND ORDER. *A treasure in earthen vessels. An instrument for an ecumenical reflection on hermeneutics*. Bialystok/Poland: Orthruk Orthodox Printing House, 1998.

FÉ E CONSTITUIÇÃO. *A Igreja. Uma visão ecumênica*. São Paulo: ASTE; Brasília: CONIC, 2015.

FÉ E CONSTITUIÇÃO. *Batismo, Eucaristia e Ministérios*. Porto Alegre: CONIC, 1982.

FAITH AND ORDER. *A Treasure in Earthen Vessels – An instrument for na ecumenical reflection on hermeneutics*. Bialystok (Polônia) 1998.

FAITH AND ORDER. *Interpreting Together: Essays in Hermeneutics*. WCC Publications, 2001.

GRECH, M.; YOU HEUNG SIK, I. *Carta aos presbíteros sobre o processo sinodal*. Disponível em: https://www.synod.va/content/dam/synod/news/2022-03-19_priests/220083_Lettera-ai-Sacerdoti-PORTOGHESE.pdf.

IGREJA CATÓLICA; FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. *Declaração conjunta sobre a doutrina da justificação*. 1999. Disponível em: https://www.conic.org.br/portal/files/DOUTRINA_DA_JUSTIFICACAO.pdf.

JOÃO PAULO II; MAR DINKHA IV. *Dichiarazione cristologica comune tra la Chiesa Cattolica e la Chiesa assira dell'Oriente*. 11/11/1994. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/it/speeches/1994/november/documents/hf_jp-ii_spe_19941111_dichiarazione-cristologica.html.

LEGRAND, H. “La comunione sinodale come chiave del rinnovamento del popolo di Dio”. In: *La Riforma e le Riforme nella Chiesa*. Editado por Antonio Spadaro e Carlo M. Galli. Brescia: Queriniana, 2016. p. 159-188.

MÉNDEZ FERNANDEZ, B. “La 55inodalidade em perspectiva ecuménica”. *Salmanticensis*, v. 68, p. 265-300, 2021.

FRANCISCO [FRANCISCUS]. *Discurso na Cerimônia comemorativa do 50º aniversário da instituição do Sínodo dos Bispos* (17/10/2015). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html.

FRANCISCO [FRANCISCUS]. *Evangelii gaudium*. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.

FRANCISCO [FRANCISCUS]. *Fratelli tutti*. Sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulinas, 2020.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Documento Preparatório da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos*. Disponível em: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2021/09/07/0540/01156.html#PORTOGHESEOK>.

SECRETARIA GERAL DO SINODO DOS BISPOS. *Vademecum para o Sínodo sobre a Sinodalidade*. Disponível em: https://www.synod.va/content/dam/synod/common/vademecum/pt_vade.pdf.

SECRETARIA GERAL SÍNODO DOS BISPOS. *Documento de Trabalho da Etapa Continental*. Disponível em: <https://www.synod.va/content/dam/synod/common/phases/continental-stage/dcs/20221025-POR-DTC-FINAL-OK.pdf>.

WOLFF, E. *A unidade da Igreja. Ensaio de eclesiologia ecumênica*. São Paulo: Paulus, 2007.

RECEBIDO: 27/02/2023
APROVADO: 28/03/2023

*RECEIVED: 02/27/2023
APPROVED: 03/28/2023*